

# **SOCIEDADE DO CONHECIMENTO E O PAPEL DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

**Katiussa Nunes Bueno** (Unilasalle - UFRGS) - katybueno@bc.ufrgs.br

**Tamara Cecilia Karawejczyk** (UNILASALLE CANOAS) - tamara.karawejczyk@unilasalle.edu.br

## **Resumo:**

*O presente artigo cotextualiza as mudanças nas relações econômicas, sociais, de trabalho e organizacionais que ocorreram a partir da crise gerada pela implantação dos modelos taylorista e fordista. Aborda algumas questões relacionadas às novas exigências quanto ao emprego do capital humano, dentre as quais a da necessidade de o trabalhador investir mais em formação de nível superior para aquisição de conhecimento. A biblioteca universitária está inserida como mediadora no processo de formação e é influenciada pelas novas tecnologias da informação. A questão central deste artigo está focada no entendimento quanto ao papel da biblioteca universitária nessa nova sociedade do conhecimento e à sua relação com as tecnologias.*

**Palavras-chave:** *sociedade do conhecimento - biblioteca universitária - fordismo/taylorismo - tecnologias da informação.*

**Área temática:** *Eixo 2 - Responsabilidade Política, Técnica e Social*

**Subárea temática:** *Cultura e comportamento informacional*

## 1. Introdução

As formas de produção de bens e serviços sofreram uma grande mudança a partir da década de 70 com a crise do modelo taylorista-fordista. Segundo Harvey (1992), esses dois modelos eram formas de maximizar a produção e o lucro, o que era feito sem haver uma preocupação com o trabalhador, que era explorado e considerado como um ser não pensante. Essa crise gerou um novo modelo de acumulação chamado de modelo flexível, que implicou grandes mudanças econômicas, sociais, de trabalho e organizacionais.

Entre as grandes mudanças no século XX, podem-se destacar as novas exigências de capital humano e o desenvolvimento tecnológico. Como sugere Antunes (1999), o modelo de acumulação flexível trouxe o estímulo à competitividade, exigindo um trabalhador mais competente, que desenvolvesse várias atividades e que tivesse novas habilidades.

No final do século XX, houve a valorização do conhecimento e do saber do trabalhador, o que tornou essa época conhecida, por muitos autores, como a da “Sociedade do Conhecimento” ou “sociedade da informação” e “era da informação” (STEWART, 1998). Nesse contexto, passou-se a dar valor ao capital intelectual das organizações e exigir um indivíduo mais qualificado e preparado para competir no mercado de trabalho. A informação e o conhecimento passaram a ser o principal ativo das organizações no lugar da matéria-prima e dos ativos físicos. O conhecimento e a informação predominavam na cadeia de valor.

Com essas novas exigências de “capital humano”, como define (STEWART, 1998), somadas ao avanço das tecnologias e à valorização do conhecimento, houve uma busca por qualificação, especificamente em cursos superiores. No Brasil, esse movimento relaciona-se ao do crescimento na oferta e demanda de matrículas no Ensino Superior. De acordo com dados do Ministério da Educação/Inep, durante os anos de 2009 a 2012, o número de alunos matriculados nesse nível de ensino passou de 2.065.082 para 2.747.089.

No âmbito das Instituições de Ensino Superior, as bibliotecas universitárias são indispensáveis como mediadoras no processo de formação esperado pela Sociedade do Conhecimento. As bibliotecas, que representam espaços de interação em que são disponibilizadas novas tecnologias e serviços, constituem um recurso inestimável no que diz respeito ao ensino e à pesquisa, à preservação e ao auxílio na construção do conhecimento. Como elas se inscrevem nesse novo modelo de sociedade, que preconiza mudanças de comportamento, proatividade e domínio de tecnologias da informação?

Este artigo tem a intenção de responder a essa questão, avaliando o papel da “nova” biblioteca universitária e investigando a forma pela qual esta deve se adaptar a chamada sociedade do conhecimento na era da informação. Para tanto, esta pesquisa organiza-se em três seções: na primeira, discute a crise do modelo Taylorista-Fordista; na segunda, faz-se uma relação entre essa crise e as novas exigências do capital humano e, na terceira, aborda-se o papel das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento.

## 2. A crise do modelo Taylorista- Fordista: mudanças econômicas, sociais, de trabalho e organizacionais.

No século XX, foram criadas formas para maximizar a produção e o lucro nas fábricas. Iniciado por Frederick Winslow Taylor, o método conhecido como Taylorismo visava à execução de tarefas num menor tempo possível sem a necessidade de o trabalhador ter conhecimento de toda a produção. Esse modelo defendia a hierarquização: havia um gerente que coordenava e fiscalizava o tempo que o operário deveria levar na sua operação e que aplicava possíveis repreensões e punições àqueles que não cumprissem o determinado. Taylor acreditava na divisão do trabalho entre intelectual e mecânico, considerando como inferiores intelectualmente os que executavam as tarefas:

Um tipo de homem é necessário para planejar e outro diferente para executar o trabalho. [...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que rege as operações do trabalho é tão vasta e complexa que o melhor trabalhador adaptado a sua função é incapaz de entendê-la, quer por falta de estudo, quer por insuficiente capacidade mental (TAYLOR, 1990, p. 43).

O trabalho tornava-se repetitivo, padronizado e controlado por alguém hierarquicamente superior. Em um processo de continuidade do Taylorismo, Henry Ford criou um modelo que ficou conhecido como Fordismo. Ele introduziu a linha de montagem em que cada operário era responsável por uma atividade (como, por exemplo, apertar um parafuso). Nesse modelo, a máquina acabava determinando as relações de trabalho. Na linha de montagem, o trabalho era realizado mediante a utilização de uma esteira, o que envolvia uma sincronicidade de movimentos repetitivos a serem realizados pelo trabalhador responsável pela continuidade dessa operação: caso houvesse atraso nessa atividade, todo o restante da produção seria prejudicado.

Como sugere Harvey (1992), os dois modelos têm princípios que tiravam dos trabalhadores o controle da produção, desvalorizando o raciocínio e impedindo que estes pudessem intervir na elevação da produção. Há características marcantes nas duas formas de organização, que dão continuidade a um modelo de acumulação capitalista, concentrado na expropriação da força de trabalho.

Um dos aspectos diferenciais do Fordismo em relação ao Taylorismo é o de que, no fordismo, a linha de montagem gerava não apenas uma produção em série, com controle de tempos e movimentos, mas um consumo em massa. Conforme Harvey,

O propósito do Fordismo do dia de 8 horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem e dar a eles renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações fabricavam em grandes quantidades. (HARVEY, 1992, p.122)

Há um reconhecimento explícito de que produção de massa significa consumo de massa. Havia a promessa de que a elevação da produtividade resultaria em aumentos salariais, pois, dessa forma, o trabalhador teria condições econômicas para consumir o que havia sido produzido.

As formas de organização capitalista e o consumo em massa geram, até hoje, desigualdades sociais, que, segundo Braz (2012), representam uma das consequências do que ele chama de “capitalismo contemporâneo”. O autor fala da má distribuição de renda, de alimentos e das diferenças sociais que são gerados pela forma de organização capitalista. Braz (2012, p.475) comenta que a padrões de consumo exagerados podem trazer um esgotamento dos recursos naturais:

Segundo especialistas, se continuarmos nesse ritmo para atender aos padrões de consumo atuais, e se a massa populacional da China, da Índia, do Brasil e de alguns países africanos (como África do sul) consumir em proporções mais ou menos semelhantes à dos países centrais, precisaremos de pelo menos mais dois planetas Terra para suprir essa demanda.

Esse modo de produção e consumo em massa, além de levar ao esgotamento dos recursos naturais, também não beneficia a todas as classes sociais.

Ainda segundo Harvey (1992), um dos problemas do fordismo era a rigidez do modelo, porque havia rigidez nos mercados, nos contratos de trabalho e dos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa (impedindo, assim, a flexibilidade do planejamento). Essa rigidez passou a gerar descontentamento nos operários, pois o processo gerava a intensificação da jornada de trabalho extenuante e a eliminação do saber do indivíduo como elemento constitutivo do todo. De acordo com Harvey

(1992), o fato de os trabalhadores se acumularem em fábricas de larga escala (típicas do fordismo) trazia a ameaça de uma organização trabalhista mais forte, o que poderia contribuir para o aumento de poder da classe trabalhadora.

De acordo com Antunes (2002), a produção tinha como base o trabalho parcelado e fragmentado e a decomposição de tarefas. Reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades. Dessa forma, o trabalhador não era incentivado a se desenvolver intelectualmente. O operário não se identificava com o trabalho por não entender o processo final, e sim, somente uma parte em separado, o que gerava pouca satisfação.

Por outro lado, com a intervenção do Estado, que arrecadava impostos assegurando direitos trabalhistas, e dos patrões, que se comprometiam em pagar salários mais altos pela produtividade, os trabalhadores suportaram, por algum tempo, as explorações impostas pelo modelo fordista/taylorista. Por conta dos problemas gerados por esse modelo ao trabalhador, esse período foi marcado por lutas e resistências nos locais de trabalho. Começaram a ocorrer movimentos sociais, mobilizações nas fabricas e nas ruas, o que veio a desencadear uma crise no modo de regulação do trabalho. Com o acirramento das lutas de classes e a recusa dos trabalhadores em se submeter ao modelo fordista, instaurou-se uma crise contra esse regime, que defendia a acumulação intensiva, baseada na produção e o consumo em massa.

A década de 70 foi marcada pela crise do modelo fordista, iniciada pela contrariedade dos operários ao modelo gerando, segundo Harvey (1992), o surgimento de novas necessidades no que se refere ao consumo, crise que se manifestou fundamentalmente pela falta de demanda efetiva de produtos. Essa crise conduz à ascensão de um novo modelo de acumulação, que, de acordo com Harvey (1992), foi chamado de regime de acumulação flexível, no qual houve a substituição do modelo de acumulação baseado na rigidez produtiva por um regime baseado na flexibilidade dos processos de produção, consumo e organização do trabalho. Neste regime, a fabricação de produtos opera em pequenas quantidades, com estoques reduzidos, diferentemente do que ocorria na produção em massa do fordismo. Alguns autores denominam essa mudança de pós-fordismo e Toyotismo. Essa nova forma de organização da estrutura produtiva teve como características, de acordo com Harvey:

[...] o surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (HARVEY, p.140, 1992)

A produção em pequenas quantidades visava garantir que o sistema produtivo operasse em contextos que exigissem mudanças rápidas, o que tornaria possível adaptar continuamente as variações de demanda. No mercado de trabalho, houve reestruturações relevantes, como diz Harvey:

a acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desempregos estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical”. Este período foi marcado pelo aumento da competitividade no mercado com o estreitamento das margens de lucro e os patrões tirando proveito do fato de os sindicatos estarem enfraquecidos e a mão de obra ser excedente para impor contratos de trabalhos mais flexíveis. (Harvey,1992, p.141).

O modelo de acumulação flexível envolve, portanto, uma organização e controle particular do trabalho, bem como um novo perfil de trabalhador. A seção seguinte aprofunda esses dois tópicos e oferece as bases para o que se pode chamar de “Sociedade do conhecimento”.

### 3. Novas exigências de capital humano

Além da crise do modelo Taylorista-fordista e da criação do Toyorismo, a década de 80 foi marcada pelo avanço da ciência e da tecnologia. O uso de computadores e tecnologias de informação nas fábricas passou a ser o principal ativo estratégico das empresas. Stewart (1998, p.45-46) reafirma e complementa essa ideia quando diz:

A exploração do conhecimento científico e técnico, a rápida difusão e o poder crescente e veloz da tecnologia da informação, a participação cada vez maior do conhecimento no valor agregado da empresa, a acessão do trabalhador do conhecimento levam a importantes novos tipos de modelos organizacionais e novos métodos gerenciais.

Nesse contexto, criaram-se novas formas de organização do trabalho, com novas exigências para o trabalhador. De acordo com Antunes (1999), o toyotismo estimulou a competitividade e a competência, exigindo do trabalhador a realização de diversas atividades ao mesmo tempo e a aquisição de novas habilidades. Essa forma de organização do trabalho gerou, como consequência, marcantes índices de desemprego. Dessa forma, o trabalhador viu-se obrigado a buscar novas formas de qualificação e operar novas funções dentro do local de trabalho, o que contribuiu para estimular seu espírito de empreendedorismo e de investimento em si próprio.

Com a criação desse novo modelo de produção (toyotismo) e o avanço das tecnologias, as empresas passaram a depender mais das habilidades do trabalhador. A esse respeito, Antunes (1999) traz o conceito de capital humano, referindo-se às habilidades e destrezas humanas como capital em potencial. Para o autor, esse tipo de capital envolve uma nova subjetividade do trabalhador, que modifica a exploração da força de trabalho, intensificando as formas de flexibilização típicas do toyotismo e a precarização por meio do trabalho intelectual abstrato.

Em Ruíz (2007, p.15), o capital humano é

[...] um conjunto de capacidades, destrezas e talentos que, em função do avanço do capitalismo, deve se tornar valor de troca. Para isso acontecer, esses atributos humanos precisam, de certa maneira, ser abstraídos das pessoas concretas que os detêm, das concretas das quais existem, e precisam se articular em função de um fim externo a elas. Argumentaremos, portanto, que o “humano”, um conjunto de habilidades, destrezas e aptidões próprias dos homens, adquire valor de mercado e se apresenta como forma de “capital”- entendido este como uma soma de valores de troca que serve de base real a uma empresa capitalista.

Segundo Ruíz (2007), o ser humano é o detentor de ativos importantes para a empresa – por isso se torna um “capital” imprescindível, um ativo produtivo que exige investimento. A partir de Stewart (1998), pode-se definir o capital humano como capital intelectual. O autor retoma a ideia de “material intelectual”, que está presente na definição de Klein e Prusak: “material intelectual que foi formalizado, capturado e alavancado a fim de produzir um ativo de maior valor” (KLEIN E PRUSAK citados por STEWART, 1998, p.61). Nesse sentido, o capital humano torna-se tangível e compartilhável: o material intelectual está em “um endereço em um pedaço de papel, um relatório que caiu atrás da estante, um *brainstorming* durante o trajeto até o trabalho, uma notícia urgente ouvida por um representante de vendas que não tem como chegar ao telefone” (STEWART, p.61).

Stewart (1998) defende que o conhecimento tornou-se o componente mais importante da atividade de negócio com a chamada era da informação ao final do século XX. Para ele, este se tornou mais importante que a matéria-prima e, até mesmo, que o dinheiro. O autor afirma que, “considerados produtos econômicos, a informação e o conhecimento são mais importantes que automóveis, carros, aço e qualquer outro produto da era industrial”. Isso porque o conhecimento permite descobrir melhores formas de desenvolver produtos de maneira sustentável.

Considerando as relações entre a definição de capital humano e o conhecimento como matéria-prima para as novas formas de produção, pode-se dizer que o início do Século XXI é a Era do Conhecimento. Neste período, houve a substituição de materiais e ativos físicos pelo conhecimento e pela predominância da informação na cadeia de valores. Para a economia, as fontes de riquezas, que, na era fordista-taylorista, estavam centradas nos recursos naturais e no trabalho físico, passaram a ser representados pelo conhecimento e pela comunicação. No fordismo-taylorismo, o trabalho era manual, medido e remunerado por alguma espécie de pontuação numérica; hoje, os profissionais são avaliados não pelas tarefas, mas pelos resultados alcançados (STEWART, 1998).

Stewart (1998, p.62) diz, ainda, que “grande parte do capital intelectual consiste em conhecimento tácito, não expresso – como, por exemplo, o conhecimento especializado e os relacionamentos que um vendedor constrói ao longo de anos de trabalho em um território”. Esse conhecimento tácito é o que ele chama de intuições, regras gerais, mentalidades, regras não escritas e valores inconscientes. Trata-se de um conhecimento adquirido ao longo dos anos pelas pessoas – sem que estas se lembrem de tê-los adquirido -, que lhes permite desenvolver habilidades, informações e formas de trabalhar, as quais são internalizadas por elas. “A maior virtude do conhecimento tácito é que ele é automático, exigindo pouco ou nenhum tempo ou reflexão” (STEWART, 1998, p.65).

Se a economia na Era do conhecimento depende dos investimentos em capital humano, Viana e Lima (2010) trazem à tona a relação com a educação formal. Segundo os autores, “a educação torna as pessoas mais produtivas, aumenta seus salários e influencia o processo econômico” (Viana e Lima, 2010, p. 138). Os autores defendem esse investimento no capital humano em nível educacional para a atividade econômica por ajudar a melhorar o nível de produtividade, reduzir as desigualdades econômicas, amenizar as discrepâncias salariais e impactar no sistema econômico como um todo. Segundo os autores,

Investir em capital humano parte do princípio de que uma força de trabalho instruída, com qualidade de vida, com acesso aos serviços sociais básicos e plena cidadania será mais produtiva e eficaz nas suas atividades. (VIANA e LIMA, 2010, p. 146).

Segundo Paiva (2001), a necessidade de níveis mais elevados de escolaridade já se dava nos anos 80 para possibilitar um enfrentamento adequado às novas características que o capitalismo estava adquirindo. O autor diz que, “do ponto de vista do trabalho (assalariado ou não), níveis formais mais elevados de escolaridade começam a ser exigidos, seja do ponto de vista da diplomação, seja do ponto de vista de conteúdos”.

As mudanças no mundo do trabalho ao longo dos últimos 40 anos estão relacionadas às novas exigências desse chamado capital humano, que passou a ser um ativo importante para o crescimento e desenvolvimento das organizações e da economia. O investimento em educação formal – e, sobretudo, de nível superior – é um tema que dialoga diretamente com esse contexto sócio-histórico. Na seção seguinte, esse diálogo é aprofundado, tomando por referência o papel das bibliotecas universitárias com espaços privilegiados de interação com novas tecnologias e serviços.

#### **4. Sociedade do conhecimento: o papel da biblioteca universitária**

Na Era da informação e do conhecimento, alteraram-se as formas como os produtos e serviços são produzidos. Passou-se a depender de investimento em capital humano e em material intelectual com vistas à elaboração e circulação de novos produtos, para a inovação e para o desenvolvimento social. Cunha (2000, p.87) fala da importância das universidades para a aquisição de conhecimento e, com isso, reforça seu papel no que diz respeito à melhoria da qualidade de vida de uma população:

Esta claro que, à medida que um povo educado e com conhecimento se transforma no elemento chave da prosperidade, segurança e bem estar social, a universidade nessa era de transformações rápidas, destaca-se como uma das mais importantes instituições do nosso tempo.

As universidades destacam-se na sociedade do conhecimento pelo duplo papel de formar pessoas e gerar inovações. Segundo Santos (2000), a finalidade das universidades, desde o século XIX, é a de assegurar a excelência da produção de conhecimento científico. De acordo com Santos (2000, p.199), “A busca desinteressada da verdade, a escolha autônoma de métodos e temas de investigação, a paixão pelo avanço na ciência constituem a marca ideológica da universidade moderna”. A universidade tem o papel de avançar na ciência por meio da pesquisa científica, e a sua reputação é medida pela produtividade no domínio da investigação. Cunha (2000) previu um futuro em que as universidades seriam geradoras de conhecimento:

A evolução para uma educação centrada no aprendiz é irresistível e desafiadora. Como resultado, a educação superior poderia transformar-se em um sistema de faculdades e universidades, que, de fato, podiam organizar-se em uma verdadeira “indústria” do conhecimento e aprendizado. Considerando que, paulatinamente, as nações reconhecem a importância da educação superior, essa indústria, certamente, terá uma abrangência mundial e será uma das mais promissoras do futuro. (CUNHA, 2000, p.73)

Cunha (2000, p.75) defende que a missão das universidades vai além do que está contida na trindade ensino, pesquisa e extensão. Para ele, “esses papéis podem ser vistos como uma simples manifestação do século XX e ligados aos papéis fundamentais de criação, preservação, integração, transmissão e ampliação do conhecimento”.

É visível o crescimento, desde a década de 80, do número de instituições de nível superior (IES) no Brasil, pois as demandas por informação e conhecimento forçaram esse aumento, conforme pode ser observado na tabela 1, abaixo, mostra esse crescimento.

## Tabela 1

Aumento do número de IES nas esferas pública e privada no Brasil.

Ano	Quantidade total de IES (públicas e privadas)
1980	882
1990	918
2009	2.314
2010	2.378
2011	2.365
2012	2.416

Fonte: Ministério da Educação/Inep

Em 1980, eram 882 IES e, pelo último dado encontrado no INEP, em 2012, eram 2.416. Nos anos de 2010 para 2011, houve um decréscimo nesse número, que poderá ter sido dado por fusões ou aquisições de instituições pelos concorrentes. Outro dado interessante, que ilustra o aumento do interesse em qualificação e conhecimento no Brasil, é o número de ingressantes no ensino superior, que cresce a cada ano. A tabela 2 mostra esse crescimento de 2009 a 2012.

## Tabela 2

Número de ingressantes no ensino superior de 2009 a 2012 nas esferas pública e privada. Corresponde ao total de ingressantes em todas as formas de seleção/ingresso.

Ano	Número de ingressantes
2009	2.065.082
2010	2.182.229
2011	2.346.695

2012

2.747.089

Fonte: Ministério da Educação/Inep

De 2009 a 2012, houve um aumento de 682.007 ingressantes no ensino superior (graduação) no país. Na esfera pública, o que também pode ter contribuído para esse aumento foi a criação do programa de apoio aos planos de reestruturação e expansão das universidades federais (REUNI), decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Entre as ações desse programa, está o aumento de vagas nos cursos de graduação e a ampliação da oferta de cursos noturnos.

Inseridas no contexto de ensino, pesquisa e extensão, as bibliotecas universitárias são indispensáveis como mediadoras no processo de produção de conhecimento. Cunha (2000, p.73) traz esse raciocínio dizendo que “através dos séculos, o ponto focal das universidades tem sido a biblioteca, com seu acervo de obras impressas preservando o conhecimento da civilização”. Contudo, as bibliotecas universitárias vêm mudando seus serviços e seus acervos, pois as tecnologias da informação têm exigido novas formas de preservar conhecimento e acessar informação. Cada vez mais, há formas digitais e virtuais de acessar informações.

Santos e Andrade (2008, p.3) falam dos desafios das bibliotecas universitárias na sociedade do conhecimento citando o envolvimento e desenvolvimento das tecnologias da informação:

Nessa nova sociedade os padrões devem estar pautados no novo, no flexível. Parece contraditório e é. São esses os novos desafios que as tecnologias da comunicação e informação nos apresentam. E a biblioteca universitária deve estar pronta para desempenhar uma das suas funções primordiais que é disponibilizar informação científica acadêmica, de qualidade. Destaca-se ainda que o papel não é mais o seu suporte principal, os formatos eletrônicos, e principalmente a internet, que vem sendo suporte preferido pela academia. Garantir acessibilidade com qualidade continua a ser a missão biblioteca.

Para os autores, ainda que a influência das tecnologias tenha mudado a forma de acesso dos usuários a informação, o papel da biblioteca continua sendo o de disponibilizar a informação de qualidade, o que implica a necessidade de esta estar preparada para isso. Bazillion (2001), apud Santos e Andrade (2008), diz que “a biblioteca do futuro deverá estar preparada para oferecer instalações especiais para as novas tecnologias de comunicação e informação, transformando-se em um componente com valor agregado na educação superior”.

Cunha (2000) cita que, já em 1970, foram implementados os catálogos em linha e o acesso a banco de dados e que, na década de 80, era possível recuperar referências bibliográficas e textos completos através do CD-ROM. Estes foram, possivelmente, os primeiros registros dos avanços tecnológicos que estavam por vir. O autor faz uma previsão de que, até 2010, os serviços de desenvolvimento de coleções teriam grandes transformações, devido aos avanços que a tecnologia teria, e que aquele era um momento de integração crescente das fontes eletrônicas aos acervos e serviços existentes nas bibliotecas.

As demandas informacionais no século XXI passam a ser cada vez mais presentes no ciberespaço. Os usuários são mais autônomos para buscar informação, e as bibliotecas precisam se adaptar a essa nova realidade. Serra (2013) comenta que futuro das bibliotecas, com base nos avanços tecnológicos, dependem de certos fatores que devem ser considerados, como o que envolve uma mudança no comportamento dos usuários, pois eles são mais independentes para buscar informação; é preciso levar em consideração a explosão de informação existente e que são diversas as fontes e suportes de pesquisa; a possibilidade de múltiplos acervos de forma remota (de qualquer lugar e horário). Todas estas questões têm o foco na mudança do tipo de usuário que busca informação, o qual, por intermédio das



tecnologias, torna-se autônomo. Para que a biblioteca se adapte a essas questões, segundo Serra (2013), é necessário fazer uso de conteúdos digitais e virtuais privilegiando a informação através de interfaces de busca alinhadas com as tecnologias da Web 2.0.

Santos e Andrade (2008) relacionam que as mudanças trazidas pela sociedade do conhecimento para as bibliotecas universitárias oferecem possibilidades de crescimento e melhorias da oferta de produtos e serviços, por causa das tecnologias da informação, as quais permitem agilidade na produção e disseminação do conhecimento com ampliação nas possibilidades de acesso e interação por parte de produtores e consumidores de informação.

Costa (2007) apresenta uma alternativa para promover a generalização do acesso à sociedade da informação e do conhecimento: a dos consórcios entre instituições. A autora apresenta o projeto Biblioteca do Conhecimento on-line (b-on), que é um consórcio do qual várias instituições fazem parte e por meio do qual estas têm acesso a conteúdos como artigos de periódicos e e-books. Segundo a autora, esse tipo de negociação e aquisição proporciona a facilitação a artigos em texto integral de um conjunto relevante de publicações científicas, publicadas por editoras e titulares de bases de dados internacionais, explorando economias de escala possibilitadas pela compra centralizada de conteúdos.

## 5. Conclusão

A partir da década de 70, têm ocorrido grandes transformações nas formas de produção de bens e serviços. Antes desse período, os modelos existentes serviam para maximizar a produção e o lucro nas fábricas: deixando o bem estar do trabalhador era deixado de lado e a este era sugerindo que deixasse de pensar para executar suas tarefas. Com a desvalorização do trabalhador, os modelos de produção entraram em crise, mudando a forma de se produzir e até mesmo de se relacionar com os operários.

Juntamente com as mudanças na forma de produção e consumo, decorrentes da criação do toyotismo, houve o avanço das tecnologias da informação e comunicação. Assim, foram criadas novas formas de organização do trabalho, com novas exigências para o trabalhador. O capital humano passou a ter mais valor que os ativos físicos. As habilidades do trabalhador passaram a ser consideradas para a execução do seu trabalho. A informação e o conhecimento tornam-se fontes de riqueza para as organizações. Com isso, passaram, a ser criadas novas exigências de capital humano, que demandam formação de nível superior, acesso à cultura e ao conhecimento. O ser humano (trabalhador), que, durante o período fordista/taylorista, não precisava pensar, a partir de então, viu-se obrigado a buscar conhecimento, ter habilidades e mostrar resultados.

Com as novas exigências de capital humano, houve um crescimento do número de instituições de ensino superior e também do número de ingressantes. Inseridas neste contexto, as bibliotecas da IES tornaram-se fontes imprescindíveis para o ensino, pesquisa, preservação e construção de conhecimento. O avanço das tecnologias e a mudança no perfil do usuário representam um ponto de partida para a criação de uma nova biblioteca universitária, voltada para o virtual e digital.

A biblioteca universitária, na sociedade do conhecimento, na era da informação, está voltada também para o ciberespaço e para o virtual, pois o avanço das tecnologias gerou essa exigência. Com isso, o perfil do usuário também mudou, passando a ser mais autônomo, proativo e com melhor domínio das tecnologias.

Para que a biblioteca se adapte a essa nova sociedade, voltada para a informação e o conhecimento, e para que esta garanta informação científica acadêmica de qualidade com acessibilidade, é necessário fazer uso de mais conteúdos virtuais e digitais com alinhamento das tecnologias da web 2.0.

O consórcio entre instituições desponta como uma importante alternativa para as IES, uma vez que tal recurso possibilitará um melhor acesso a mais conteúdos virtuais e digitais a um custo mais acessível.

## 6. Referencias

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BRAZ, M. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.111. p. 468-492, jul/set. 2012.

COSTA, M.T. Biblioteca do Conhecimento online: pela construção da sociedade do conhecimento. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 9, Ponta Delgada, 2007. **Anais...**Ponta Delgada, 2007.

CUNHA, M. B. da. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 71-89, jan./abr. 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/>> Acesso em: 12 nov. 2015.

PAIVA, V. Sobre o conceito de “Capital Humano”. **Cadernos de pesquisa**. n. 113. p. 185-191, jul. 2001.

RUÍZ, O. L. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**: capital humano e empreendedorismo como valores sociais. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2007.

SANTOS, A.R.; ANDRADE, M.V.M. Padrões espaciais em bibliotecas universitárias no contexto da sociedade do conhecimento: revendo para adequar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008. **Anais...**São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/trabalhos-orais.php>> Acesso em: 10 dez. 2015.

SANTOS, B. de S. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: SANTOS B. de S.. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 187-226.

SERRA, Liliana G. Bibliotecas do futuro e o foco no usuário. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 11-19, ago. 2013.

STEWART, T. A. **Capital intelectual: a nova vantagem competitiva das empresas**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TAYLOR, F. W. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1990.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e o crescimento econômico. **Interações**. Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010.